

A ADAE, força viva da região, criada em 1994 é constituída por Municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós, CIMRL, ACILIS, CEPAE, NERLEI; Turismo do Centro, Escola Profissional de Leiria, IPL, CCAM Leiria, Adega Coop. Batalha CRL e Respinus. Em janeiro 2015 aderem como associados: Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, Pínea, Sta Casa da Misericórdia de Leiria, CCAM Batalha, Orfeão de Leiria, Irmandade da Sta Casa Misericórdia da Batalha, Sta Casa da Misericórdia de Porto de Mós e Coop. Agrícola da Batalha. A esta parceria formal, juntaram-se entidades da área de intervenção do DLBC Costeiro: Álvaro Rosa; Associação Portuguesa de Xávega; Aristides Parracho; Barco de Pesca Flor da Praia Azul II, Lda.; Biblioteca de Instrução Popular Praia da Vieira; Carlos Sapateiro; Carlos Parracho; Cipriano Crespo; Enerdura; Franklim Simãozinho; Freguesias M.^a Grande, Coimbrão e Vieira de Leiria; Hélder Parracho; Hélder Botas; Ilídio Sequeira; ISS; IEF; João Leal; Joaquim Parracho; Luís Domingues; Manuel Mira; Paulo Silvestre; Ramiro Ribeiro; Raúl Santos; Sérgio Marques; Vieiraxávega, Lda., constantes do protocolo celebrado.

Ao longo da sua existência, foi implementando, desenvolvendo e gerindo fundos comunitários nas mais diversas áreas, nomeadamente: apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação de emprego, na melhoria das condições da literacia, da formação e da educação de adultos, na implementação de projetos de dinamização da região, do artesanato, das artes e dos saber-fazer, na gestão de fundos e programas comunitários e nacionais (de relevar a Iniciativa Comunitária LEADER II, LEADER +, Medida 3 do Proder, Agris.....), em ações de formação e qualificação profissional, (Fordesq, POEFDS, POPH, CNO, ações modulares certificadas, EFA...), bem como na promoção de seminários, colóquios, conferências, feiras, mostras, desenvolvimento de parcerias nacionais e transnacionais... (Cooperação Leader para o desenvolvimento, Interreg). Destaque para: Gabinete de Apoio Técnico (informação, orientação e sistemas de incentivo ao investimento e ao empreendedorismo); EDIC – Centro de Informação Europeu; Dinamização de Projetos de Cooperação: Formação/Qualificação (para exterior e colaboradores – Acreditada pela DGERT); PACA, Mostras e Ações de Promoção Conjuntas, Ações com carácter Participativo da População, Apoio e Promoção da Agricultura Local, Promoção do Território, qualificação; Relacionamento Institucional com a CIMRL e a ENERDURA; promoção de produtos locais/ território (Loja do Mundo Rural-Batalha e Portugal Rural - Lisboa); Acreditada como gestora da Bolsa de Terras da nossa região, Parceria firmada com a Confagri, para apoiar os agricultores no parcelário; Integrou o 1.º Conselho Regional Agrário da Beira Litoral; Integrou o grupo de Missão do Programa FORAL; Entidade Certificada - referencial da Norma ISO 9001:2008; Criou a Nova ADAE – prestação de serviços Unipessoal - loja do Mundo Rural na Batalha para apoio aos produtores locais; Integra a parceria com um conjunto de entidades no âmbito do Batalha Finicia, Acreditação para integrar a rede SIM – Microcrédito da Minha Terra; Participação no projeto Q3 – Qualificação para o 3º sector; entre outros.

Nos 20 anos de existência e ao longo dos quadros anteriores demonstrou ter capacidade na implementação de estratégias de desenvolvimento, a nível físico, financeiro, através de parcerias nas diversas áreas de atuação, a nível de recursos humanos qualificados e multidisciplinares, em prol do desenvolvimento rural e da melhoria das condições de vida das populações, sustentado pelos seguintes resultados alcançados: na gestão de programas de apoio ao investimento (LEADER II, LEADER +, Medida 3 do Proder) foram recebidas 613 candidaturas com investimento total de 52.773.107,71€, aprovadas 324 candidaturas com investimento de 20.558.894,78€ e financiamento de 12.448.390,08€. Foram ainda criados 430 postos de trabalho; no âmbito do apoio técnico prestado, foram atendidos 1.049 promotores da região, realizadas 722 reuniões/sessões de informação e elaborados 350 processos de candidatura para promotores; no âmbito da atividade interna para desenvolvimento e promoção do território, a ADAE executou 20 projetos de cooperação aprovados (a nível interterritorial e a nível transnacional), participou e dinamizou 75 ações de promoção do território e executou 50 projetos aprovados que propôs a Fundos e Programas; no âmbito da formação/qualificação em relação ao CNO, teve 3.609 adultos inscritos, 1.415 adultos certificados, e realizou 368 sessões. Relativamente a outras formações, desenvolveu 705 ações de formação para um total de 5.413 formandos e 22.620 horas de formação. Estes resultados evidenciam a grande atividade da associação e dos seus parceiros no território, respondendo à premente necessidade de gerar novas formas de intervenção, nesta heterogeneidade de recursos que caracterizam a nossa região, assumindo-se como elo de ligação e de convergência de interesses das forças vivas da região.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503725099	ADAE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA	29/06/1994	29/11/1995	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
107409151	Álvaro Correia Maria Rosa	11/10/2004	11/10/2004	03111	Pessoa Singular
118745743	Aristides Pedrosa Parracho	05/12/2004	05/12/2004	03111	Pessoa Singular
513243658	Barco de Pesca Flor da Praia Azul II, Lda	25/09/2014	25/09/2014	03111	Empresa
501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio Praia da Vieira	04/03/1942	04/03/1942	91333	Associações e fundações privadas
141236205	Carlos Alberto Sousa Sapateiro	15/10/2004	15/10/2004	03111	Pessoa Singular
161414435	Carlos Pedrosa Parracho	01/10/2013	01/10/2013	03111	Pessoa Singular
160882125	Cipriano Mira Crespo	30/09/2009	30/09/2009	03111	Pessoa Singular
505074737	ENERDURA - AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA ALTA ESTREMADURA	23/10/2000	29/12/2000	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
159435587	Franklim Tomáz Simãozinho	27/02/2008	27/02/2008	03121	Pessoa Singular
506849023	Freguesia da Marinha Grande	02/01/1985	02/01/1985	84113	Administração Local
507310209	Freguesia de Coimbra	01/01/2005	01/01/2005	84113	Administração Local
506855031	Freguesia de Vieira de Leiria	18/09/1915	18/09/1915	84113	Administração Local
181790572	Hélder Manuel de Sousa Parracho	01/09/2003	01/09/2003	03111	Pessoa Singular
171563980	Hélder Manuel Duarte Botas	30/09/2000	30/09/2000	03111	Pessoa Singular
115303057	Ilídio Pereira Sequeira	20/12/2004	20/12/2004	03111	Pessoa Singular
106231979	Joaquim Pedrosa Parracho	14/04/1974	14/04/1974	03111	Pessoa Singular
156884127	João José Pereira Leal	10/10/2006	10/10/2006	47112	Pessoa Singular
188283692	Luís Miguel do Carmo Domingues	03/03/2008	03/03/2008	03111	Pessoa Singular
155259806	Manuel de Oliveira Mira Quiaios	09/05/1997	09/05/1997	03111	Pessoa Singular

154397156	Ramiro Carriço Ribeiro	24/07/2012	24/07/2012	03111	Pessoa Singular
202979920	Raúl António Mira Santos	25/09/2000	25/09/2000	03111	Pessoa Singular
203933354	Sérgio Abreu Marques	08/03/2012	08/03/2012	03111	Pessoa Singular
513019600	Vieiraxávega, Lda	14/03/2014	14/03/2014	03111	Empresa
502286296	NERLEI - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LEIRIA	05/05/1989	02/04/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505776758	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	20/01/1917	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	17/04/2007	19/12/2007	94995	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
506971244	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	16/08/1980	16/08/1980	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
508808324	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL	15/09/2008	02/01/2009	84123	Associações Públicas
510458017	APX - Associação Portuguesa de Xávega	28/12/2012	07/01/2013	94995	Associações e fundações privadas
234621770	Paulo Jorge Fernandes Silvestre	30/09/2008	30/09/2008	03111	P

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Leiria

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Território e população

O território abrange as freguesias de M^a Grande e Vieira de Leiria, do concelho da M^a Grande, e a freguesia do Coimbrão do concelho de Leiria. Possui 38.993 hab, uma superfície de 358,88 Km² e uma densidade populacional de 108,65 hab./km². Relativamente à dinâmica demográfica, os concelhos de Leiria e da M^a Grande registam uma variação positiva da sua população no período intercensitário. As comunidades piscatórias são as de Vieira de Leiria, Pedrogão e São Pedro de Moel.

É caracterizado por uma heterogeneidade de recursos (agrícolas, florestais, marítimos, fluviais) e uma forte concentração de população ao longo das vias rodoviárias principais. Sobressaem aqui características rurais (ou periurbanas), uma extensa mancha florestal e dunar que cobre grande parte da envolvente. Com uma posição geográfica privilegiada, com uma rede de acessos onde se destacam os eixos rodoviários principais e complementares que fazem a ligação norte-sul (A17, A8 e N109), próximo de outros eixos (A1, A19 e IC2). A ligação oeste-este é favorecida pela proximidade à EN242, IC8, IC9 e IC36, facilitando as ligações regionais. Apesar de não possuir nenhuma infraestrutura portuária neste território do DLBC Costeiro, assinala-se a ligação aos portos comerciais da Figueira da Foz, assim como aos portos de descarga da Nazaré, Peniche e Figueira da Foz. Destaca-se a existência da Base Militar Monte Real, vocacionada para fins militares, sendo uma das pretensões da região, a modernização e requalificação para acolher aeronaves civis de maior dimensão.

Economia, mercado de trabalho e qualidade de vida

Verificou-se uma evolução negativa no nº de empresas entre 2004/2012, nos 2 concelhos. A queda do efetivo empresarial é o resultado de uma descida gradual da tx de natalidade e um aumento da tx de mortalidade empresariais, a partir de 2008. O rendimento das empresas regista uma importância elevada no concelho da M^a Grande.

Nesta fase, em que empresas se direcionam para a exportação, poderão surgir oportunidades associadas a áreas de negócio adjacentes e complementares, onde as questões do valor do produto e o complemento às atividades económicas de sucesso assumem importância central. A capacidade competitiva assenta nos recursos naturais, na diferenciação do produto e constata-se uma dependência da economia sub-regional em produtos tradicionais com fraca capacidade para competir em mercados exigentes e dependentes da procura interna.

As atividades da pesca funcionam como um fator de fixação das populações existindo ao longo da costa muitas comunidades que têm na pesca a sua principal atividade e que apresentam notórias dificuldades de reconversão e/ou diversificação e em conseguir alternativas efetivas de emprego viável e sustentável a prazo. Além disso, a pesca tem um efeito gerador de emprego noutras atividades, a montante e a jusante, assim como outros setores da economia. Este sector caracteriza-se por: evolução positiva do nº. de empresas do setor da pesca e aquicultura, sedeadas no território DLBC costeiro (28 empresas); evolução positiva do número de população ativa empregada no setor da pesca e aquicultura, crescimento irregular do volume de negócios das empresas do setor da pesca e aquicultura, com uma diminuição de cerca de 50% de 2010 para 2012 só no concelho de Leiria.

Entre as causas do decréscimo do volume de negócios, estão fatores como a irregularidade e a diminuição dos rendimentos das famílias/empresas, as duras condições de trabalho dos pescadores, a diminuição dos areais, a falta de infraestruturas de apoio à atividade da pesca, de segurança e a saúde a bordo, de perspectivas de futuro associada à redução da frota e das capturas, e os horários de trabalho de grande duração e ritmos desadequados aos da comunidade em que se inserem. De relevar ainda a forte carga burocrática associada ao sector, bem como o forte envelhecimento da comunidade piscatória e a sua incapacidade de rejuvenescimento pode comprometer a sustentabilidade do setor. A desvalorização do setor das pescas, está associada à desqualificação/desvalorização social das profissões do setor, à dureza e perigosidade das atividades e aos baixos rendimentos, o que diminui a procura por parte da população mais jovem e o decréscimo do nº de pescadores por falta de rejuvenescimento do setor, aliado à falta de incentivos e de melhoria das condições de trabalho.

O investimento do DLBC Costeiro (FEAMP, FEDER e FSE) assume um carácter fundamental, sendo prioritário apostar em novas respostas empresariais globalizadas, competitivas, modernizadas, a par do

apoio a formação a apoio de modernização aos fatores de produção, aliadas ao fomento da atividade turística e tradicional da arte Xávega, enquanto fator de atração turística identitário desta comunidade piscatória. De relevar ainda a pesca artesanal como um importante polo de animação turístico para as praias, sobretudo na época balnear, como animação e alavancagem de outras atividades conexas.

Eficiência de recursos

No que se refere ao I'nd Qualidade Ar, a APA regista níveis satisfatórios na área do Centro Litoral, onde o território de incidência do DLBC Costeiro se integra. Apesar dos investimentos já efetuados, constata-se ainda alguns constrangimentos como a existência de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor, a antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade condicionantes a` progressão dos indicadores de eficiência energética.

No âmbito do DLBC Costeiro, existem possibilidades de intervenção ao nível da energia das ondas, onde o IPL já detém algumas experiências piloto, que importa acarinhar e dar sequência de forma a valorizar e promover esta fonte de energia. De destacar ainda a Zona Piloto Portuguesa (ZP), decretada por lei, que engloba uma área de cerca de 320 km² e está situada perto de S. Pedro de Moel (território de incidência do DLBC Costeiro) e cujo objetivo é tornar-se um espaço aberto, dedicado ao desenvolvimento de energias de fonte ou localização oceânica, com especial ênfase na energia das ondas.

Inclusão Social e Pobreza

O DLBC Costeiro revela um índice de envelhecimento superior na freguesia de Coimbra (Pedrogão) na ordem dos 227%, seguida da freguesia da Vieira de Leiria (158,5%). O elevado índice reflete-se nos valores de índice de dependência de idosos que, nestas freguesias atinge valores entre os 34,9% e 40,7% (média do Pinhal Litoral e` de 29,4%). O índice dependência de jovens e` mais elevado na Freguesia da M^a Grande devido a` maior % de jovens na população residente, agravando o peso sobre a população ativa.

Identificou-se um conjunto de constrangimentos referentes a` deficiência, ao nível da habitação e nível da saúde, pelo que, importa traçar um quadro geral sobre o posicionamento dos concelhos de Leiria e da M^a Grande e, particularmente das freguesias abrangidas pelo DLBC Costeiro, no âmbito da pobreza e inclusão social: Índice de envelhecimento e consequente Índice de Dependência de Idosos mais elevado nas freguesias de Coimbra e da Vieira de Leiria.

Educação e formação

A abordagem DLBC constitui uma resposta complementar baseada na comunidade quanto às políticas de educação e ao reforço de qualificação do capital humano, a par da melhoria do rendimento da comunidade piscatória.

Os concelhos de Leiria e da M^a Grande apresentam valores favoráveis quando comparados com os restantes concelhos e com a Região Centro, nomeadamente, uma tx de analfabetismo na ordem dos 4,7% e 4,9% respetivamente, uma proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo na ordem dos 52,7% e 51,7%. No concelho de Leiria apresenta uma proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo superior a` média nacional (32,6%) enquanto o concelho da M^a Grande regista um valor inferior a` média (24,7%), em grande parte devido a` presença de estabelecimentos de ensino superior neste território.

Importa reforçar a aposta na valorização de competências e formação ao longo da vida e para as classes etárias mais jovens, uma aposta na diminuição dos atuais valores das tx de abandono escolar (18,4% na Marinha Grande e 16% em Leiria, em 2011) e na tx de retenção e desistência (12,1% no concelho da Marinha Grande e 11,7% no de Leiria), sobretudo no que se refere aos jovens oriundos das comunidades pesqueiras. O posicionamento dos concelhos de Leiria e da M^a Grande, no âmbito do DLBC Costeiro, relativamente à educação é o seguinte: tx abandono escolar inferior à média do Pinhal Litoral; tx analfabetismo mais elevada nas freguesias costeiras; proporção da população residente com ensino superior completo favorável na freguesia da M^a Grande (incluindo na cidade estatística) mas com um nível muito baixo nas freguesias de Coimbra e Vieira de Leiria. No ensino superior, referência para a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM) do IPL, como um elemento potenciador das competências de ligação com o Mar, no domínio da atividade turística, nas licenciaturas em Biologia Marinha, Biotecnologia, Engenharia Alimentar e Tecnologia e Segurança Alimentar. De salientar os grupos de Investigação em Turismo e em Recursos Marinhos e trabalhem na área dos Recursos Marinhos e, promovendo a inovação contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos.

Património Cultural e Natural

O território de incidência abrange a Mata Nacional Leiria, classificada pelo INCF, apresentando também a Lagoa da Ervideira, uma extensão de 2 km, areal e vegetação envolvente, estando classificada no âmbito do Projeto Biótopos CORINE.

Atendendo à relevância destas riquezas, há que ter em conta o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), instrumento enquadrador para a melhoria, valorização e gestão dos recursos do litoral. A praia de Vieira de Leiria e do Pedrogão são conhecidas pelo seu mar de iodo, de espuma fresca e salgada, entre as

dunas e pinhais.

Neste território mantém-se a tradição da Arte Xávega e a cultura turística ligada ao mar, originando um aumento substancial da população durante a época balnear, interligando a preservação de identidade de gentes, tradição e recreação da arte da pesca artesanal, aliado a uma melhoria da qualidade socioeconómica local, complementando assim o seu rendimento proveniente da atividade piscatória.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Inovação limitada a determinadas indústrias transformação do pescado
- Ativ. dependentes de rec. naturais e locais.
- Ligação insuficiente entre o setor e a transformação
- Baixa produtividade na pesca
- Ativ. turística na pesca
- Níveis elevados de emissões poluentes
- Existência de Plano da Orla Costeira
- Apoio para a inclusão social
- Respostas sociais insuficientes para jovens/idosos
- Falta de estruturação da ligação cidade/campo
- Eficiência energética

Principais Pontos Fortes

- Inovação energia das ondas
- Matéria-prima para transformação
- Recuperação da fileira das pescas e ativ. associadas
- Ensino Superior-qualificação RH
- Importância da ativ. Apanha das Majoeiras
- Ativ. Económica familiar/individual
- Aprendizagem com experiências LEADER (arte Xávega)
- Riqueza Mata Nacional Leiria
- Boas acessibilidades
- Vasta zona pesca
- Compatibilização de ativ. pesca e complementares

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- Embarcações em deficientes condições, face à legislação em vigor
- Impacto das alterações climáticas e poluição e necessidade de obras mitigadoras
- Impacto do preço da energia nos investimentos
- Débil/escassa formação profissional
- Degradação social/econ. das comunidades piscatórias
- Degradação social/económica das sociedades
- Sustentabilidade contas públicas
- Pressão fiscal/carga burocrática

Principais Pontos Fracos

- Capacidade de rejuvenescimento dos RH da fileira das pescas
- Fraca atratividade do setor e capacidade associativa
- Baixa qualificação/desinteresse na qualificação dos RH da fileira das pescas
- Desemprego feminino acentuado
- Sazonalidade da ativ.
- Dificuldade de articulação das entidades competentes
- Necess. de preservação dos recursos
- Constrangimentos no licenciamento da atividade marítimo-turística
- Património cultural abandonado

Com base no diagnóstico realizado e no contributo da parceria refletiu-se sobre o posicionamento a valorizar face à promoção das potencialidades e mitigação das ameaças, e a resposta às necessidades e oportunidades, identificam-se os principais desafios estratégicos e fatores críticos de sucesso, no âmbito do DLBC Costeiro: Atividade Piscatória com complementaridade a outros setores, potenciadores de criação de empresas na região; Atividades dependentes de recursos naturais com consequências ao nível da degradação ambiental; Potencialidades para o desenvolvimento de um Plano Intermunicipal do Mar para preparar uma intervenção estruturada que: valorize as raízes culturais, qualifique e dinamize o tecido económico; assegure a melhoria da qualidade de vida das pessoas, desenvolvendo o espírito identitário das comunidades piscatórias, as raízes culturais e etnográficas; Focos de pobreza e exclusão social, passíveis de relançamento com o acesso aos apoios do DLBC Costeiro; Capacidade e vontade de investir em investimentos e intervenções no território elegível no âmbito do DLBC; Necessidade de flexibilização dos normativos, da legislação, das regras e das premissas burocráticas no âmbito da atividade piscatória, Baixa produtividade das atividades económicas tradicionais, com necessidade de introdução de melhores e mais eficazes fatores de inovação e produtividade, No que se refere aos pontos fortes do território:- Existência de dinâmicas empresariais e de forte necessidade de intervenção na economia do mar, com forte expectativa dos empresários (pesca, atividade turística, aquicultura, desportos náuticos: surf, skysurf, turismo marítimo, pesca turística e identitária...);- Existência da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar em Peniche, associada da ADAE, com a qual trabalha em estreita colaboração, sendo estratégico na área de I&D para estruturar a atividade na ligação com o meio empresarial e laboratorial. Conforme indicado na candidatura de pré qualificação, são objetivos estratégicos e desafios operacionais: Reforçar a viabilidade, atratividade e competitividade da fileira das pescas no território incentivar as tecnologias e o desenvolvimento com vista à inovação no setor; Promover a organização de cadeias alimentares, nomeadamente através do aumento da competitividade dos produtores primários com melhor integração na cadeia agroalimentar (sistemas de qualidade, acrescento de valor aos produtos marítimos, promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos; Promover a inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento económico, apoiando iniciativas que promovam a apropriação do território e a cultura pela comunidade, a diversificação, criação e desenvolvimento de pequenas empresas, de empregos, fomento de iniciativas locais, materiais e imateriais, que contribuam para o desenvolvimento local e valorização da cultura bem como do empreendedorismo; Apostar na agenda para o crescimento verde através da valorização de iniciativas que promovam a inovação e a redução de impactos ambientais da economia rural e costeira; Promoção de melhores competências pessoais, profissionais e sociais; Valorização do Património natural e cultural, potenciando de forma mais eficaz o turismo de excelência; Desenvolvimento de ações de valorização e transmissão dos saber fazer identitários do território, promovendo a igualdade de oportunidades, a inclusão ativa e participativa em estreita colaboração com as entidades locais.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O GAL ADAE, já com uma larga experiência na gestão dos programas Leader e outras iniciativas regionais propõe-se renovar o seu papel motor do desenvolvimento local no território rural em que incide a sua atividade.

Com base na avaliação do trabalho desenvolvido pela ADAE no anterior quadro de programação financeira, no diagnóstico realizado e no contributo da parceria refletiu-se sobre o posicionamento a valorizar face à promoção das potencialidades e mitigação das ameaças, e a resposta às necessidades e oportunidades referenciadas, e identificaram-se possíveis ações a desenvolver, tendo em conta o que é realisticamente alcançável ou se insere nos limites das DLBC nos moldes atuais.

Com uma atividade consolidada e pluridisciplinar no território desde há vinte anos, a parceria ADAE entende que é absolutamente fundamental a apresentação de uma estratégia pluridisciplinar, de forma a dar continuidade, consistência e consolidar sinergias e dinâmicas do território.

Efetivamente, trata-se de uma intervenção que apesar de ser apresentada de forma individual, só faz sentido que o território possa usufruir de uma intervenção concertada e pluridisciplinar que se complemente em prol, da melhoria das condições de vida da população e do desenvolvimento da economia local e das comunidades.

Efetivamente, trata-se de uma intervenção que apesar de ser apresentada de forma individual, só faz sentido que o território possa usufruir de uma intervenção concertada e pluridisciplinar que se complemente em prol, da melhoria das condições de vida da população e do desenvolvimento da economia local e das comunidades.

São definidos os objetivos estratégicos, correspondentes às áreas de intervenção prioritárias identificadas pela comunidade nas sessões de trabalho já descritas, à luz dos desafios 2020. Uma vez definidos os fins, definem-se igualmente os objetivos operacionais (os meios), ou seja, as opções a tomar face à necessidade de orientar, mobilizar e gerir recursos escassos (humanos, financeiros, materiais e temporais), que materializarão a visão de forma eficiente e que beneficie toda a população. Os objetivos selecionados seguem as boas práticas recomendadas pela Comissão, na sua caracterização como "SMART":

- Específicos, no que estabelecem o que vão abordar e com que meios.
- Quantificáveis, na medida em que corresponderão a metas quantificadas.
- Alcançáveis, exequíveis nos limites previstos no seio do Acordo de Parceria e legislação subsequente.
- Realistas, concretizáveis com a mobilização dos recursos DLBC.
- Restritos temporalmente.

No território do instrumento DLBC ADAE MAR 2020, são definidos um conjunto de objetivos estratégicos e objetivos específicos perfeitamente enquadrados nas áreas temáticas/eixos definidos para o DLBC Costeiro. Os objetivos estratégicos (OE) e objetivos específicos são as seguintes, correlacionando-os com as áreas de intervenção/prioridades de investimento e com os instrumentos de política à disposição:

Objetivo estratégico C1. APOSTAR NA INOVAÇÃO

- Objetivo específico C.1.1 Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras
- Objetivo específico C.1.2 Incentivar redes de comercialização curtas
- Objetivo específico C.1.3 Promover mercados locais

Áreas de intervenção:

- Inovação em espaço marítimo, através do desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento de novas metodologias de produção e/ ou de organização das entidades conexas, e sua reabilitação meio marinho e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana;
- Reforço da competitividade da pesca, através da criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura;
- Promoção de produtos locais de qualidade, através do fomento das oportunidades de investimento que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos;
- Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, através do apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação;

Instrumento de política: FEAMP (PO MAR 2020)

Objetivo estratégico C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR

- Objetivo específico C2.1 Incentivar o empreendedorismo inovador ligado à economia do mar
- Objetivo específico C2.2 Apoiar a atividade por conta própria
- Objetivo específico C2.3 Apoiar a atividade das microempresas
- Objetivo específico C2.4 Apoiar a criação de empresas

Áreas de intervenção:

- Inovação em espaço marítimo, através da criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar
- Reforço da competitividade da pesca, através da criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura;
- Desenvolvimento de turismo em espaço aquático, através da criação recuperação e modernização das estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo;
- Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
- Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;

Instrumento de política: FEAMP (PO MAR 2020), FEDER (PI 8a Eixo 4 - PO Centro 2020), FSE (PI 8iii eixo 4 - PO Centro 2020)

Objetivo estratégico C3. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL

- Objetivo específicas C3.1 Promover iniciativas de igualdade de oportunidades
- Objetivo específicas C3.2 Promover iniciativas de participação ativa da população
- Objetivo específico C3.3 Melhorar a empregabilidade
- Objetivo específico C3.4 Reduzir o abandono escolar precoce
- Objetivo específico C3.5 Promover a igualdade de acesso ao ensino e formação

Áreas de intervenção:

- Qualificação escolar e profissional, apoio à capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar, melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo;
- Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)

Instrumento de política: FEAMP (PO MAR 2020), FSE (PI 8iii eixo 4 - PO Centro 2020)

Objetivo estratégico C4. ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS

- Objetivo específico C4.1 Conservar e proteger o património natural
- Objetivo específico C4.2 Conservar e proteger o património cultural
- Objetivo específico C4.3 Promover e desenvolver as atividades e o património ligados à pesca
- Objetivo específico C4.4 Promover e conservar o património edificado

Áreas de intervenção:

- Promoção de Planos de Mar, através do apoio de intervenções que visem o desenvolvimento de ações articuladas que convirjam para a consolidação do conceito de "Aldeias de Mar";
- Desenvolvimento de turismo em espaço aquático, através da recuperação e modernização das estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo;
- Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos, através de apoio a intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores;
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património edificado

Instrumento de política: FEAMP (PO MAR 2020), FEDER (PI 6c Eixo 7 - PO Centro 2020)

Apresentam-se ainda os seguintes objetivos na concretização do DLBC Costeiro no território, que apesar de não serem nesta candidatura objeto de enquadramento financeiro, assumem-se como importantes e fundamentais para a implementação da EDL:

DINAMIZAÇÃO DA EDL

OET1. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES LOCAIS

Obj. Específico 5.1. Mobilizar, capacitar e dinamizar os atores locais.

Obj. Específico 5.2. Possibilitar canais de informação, apoio ou aconselhamento personalizados dos atores locais.

OET2. ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Obj. Específico 5.3. Promover ações de animação do território, no âmbito dos objetivos dos DLBC.

OET3. INTEGRAR A PROMOÇÃO E DISSEMINAÇÃO RELATIVA AOS PROJETOS APOIADOS NO DLBC

Obj. Específico 5.4. Promover a visibilidade de projetos inovadores.

Obj. Específico 5.5. Promover os produtos locais tradicionais e de qualidade.

Obj. Específico 5.6. Promover o encontro de complementaridades e ganhos de escala para acesso a mercados de maior dimensão.

Obj. Específico 5.7. Mobilizar outros atores nos territórios.

OET4. CAPACITAR A EQUIPA TÉCNICA DO GRUPO DE AÇÃO LOCAL

Obj. Específico 5.8. Formar novas competências no GAL.

COOPERAÇÃO

OET5. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A INOVAÇÃO

Obj. Específico 6.1. Divulgar e disseminar produtos locais fora do contexto regional.

Obj. Específico 6.2. Aumentar o conhecimento em novas áreas e competências específicas através da partilha de experiências com outros GAL e outros projetos a nível Europeu.

Obj. Específico 6.3. Capitalizar os recursos, os projetos e os resultados do DLBC ADAE.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O processo de construção da DLBC pautou-se pelo envolvimento constante através de encontros, reuniões, discussões e troca de experiências com a comunidade local, conjunto de atores locais e regionais com maior relevância e atividade no território, reconhecendo a importância de garantir o melhor enquadramento para a aplicação dos diversos fundos comunitários que sustentam este novo instrumento, assente nas seguintes metodologias: proximidade com o território, fruto da experiência de terreno de 20 anos de atividade da ADAE e da interação com as populações e as instituições, que permitiu uma avaliação e um conhecimento profundo das necessidades de intervenção específicas no território; uma parceria multisectorial consolidada e específica, numa ótica de democratização da participação da sociedade civil; análise da realidade local, dos problemas, das necessidades e oportunidades e da estratégia de intervenção, baseado no princípio bottom up.

Neste sentido, pretende dar continuidade à mobilização/participação dos atores territoriais, dando continuidade à organização de sessões de trabalho sob a forma de oficinas abertas a todas as entidades e cidadãos interessados, com orientação da ADAE e respetiva equipa técnica do GAL, com respetiva divulgação junto dos média, através das redes sociais e distribuição de material informativo acerca da realização das sessões.

Destaca-se o modelo de governação para a implementação da EDL, como um fator de participação ativa dos atores locais, caracterizado pela dinâmica criada, acompanhamento e avaliação da EDL, concretizada pela constituição da Assembleia da Parceria, do órgão de Gestão e pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento da parceria. Desta forma asseguramos efetivamente o envolvimento e participação ativos dos parceiros, associados e da comunidade.

A parceria irá implementar as seguintes medidas para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL:

- Divulgação dos objetivos da intervenção e âmbito de aplicação
- Esclarecimento de dúvidas relativas ao processo administrativo a que obedece a tramitação das operações e sua análise
- Apoio técnico no âmbito das candidaturas
- Receção das operações e sua análise
- Aprovação das operações, com base em critérios de seleção e admissibilidade.
- Análise dos pedidos de pagamento
- Realização de visitas de acompanhamento das operações
- Notificação dos promotores para efeitos da avaliação da execução das operações e preparação de respostas a esclarecimentos em sede de auditoria
- Comunicação com a autoridade de gestão
- Monitorização das execuções
- Realização de estudos piloto
- Participação em Mostras e Ações de Promoção Conjuntas
- Apoio e Promoção Arte xávega e cultura piscatória
- Exposições itinerantes de sensibilização
- Exposições etnográficas
- Promoção do Território (edição de publicações, material promocional e merchandising do território)
- Participação em feiras e mostras de produtos locais
- Mobilização da população para as medidas do DLBC
- Implementação do plano de ações integradas no domínio da promoção
- Desenvolvimento de outras atividades como a mediação e a elaboração de estudos/levantamentos
- Gestão dos projetos de cooperação para o desenvolvimento
- Dinamização ou integração de projetos em parceria com relevância para o DLBC.
- Apoio à cooperação entre os diferentes atores das intervenções
- Ações de formação e de aprendizagem da equipa técnica
- Apoio a outras iniciativas de investimento e criação de emprego

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A Aposta da Região de Leiria para 2014-2020 está traduzida no EIDT para a região de Leiria 2020, alicerçada na Agenda Europeia 2020, alinhado com as metas acordadas entre o Estado Português e a União Europeia, com o objetivo de melhorar a competitividade e promover o crescimento e o emprego para toda a comunidade.

O processo assumiu uma metodologia estratégica e inclusiva dos agentes e partes interessadas, mobilizados através de um Grupo de Ação Regional. No seu contexto a elaboração da EIDT para a região de Leiria desenvolveu-se em cinco fases interdependentes: planeamento, diagnóstico, mobilização da comunidade, estratégia e ação, onde a ADAE sempre fez parte integrante e participou na organização das atividades. Sustentado num trabalho de proximidade, pontuado pela realização proveitosa de reuniões e debates alargados, foi alcançada a seguinte visão, que orienta as opções estratégicas a tomar pelos diversos agentes: Em 2020, a região de Leiria será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção. Uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida.

A visão é alcançada através dos seguintes objetivos gerais, alicerçados nas especificidades da Região de Leiria e de acordo com as orientações da união Europeia para o Quadro Estratégico Comum 2014-2020:

- Simplificação Administrativa (A1) – Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários (OG1);
- Educação e competências (A2) - Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento (OG2);
- Coesão social (A3) - Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social (OG3);
- Gestão dos recursos (A4) - Melhorar a sustentabilidade e produtividade de utilização de recursos através do aumento da eficiência dos sistemas de distribuição e de tratamento de água e de resíduos urbanos e industriais (OG4);
- Alterações climáticas (A5) - Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica (OG5);
- I&d+i e internacionalização (A6) - Melhorar a ligação entre ciência e empresas e promover a comercialização dos resultados da investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços de valor acrescentado, através de uma nova perspetiva assente na satisfação das necessidades de procura no mercado (OG6);
- Empreendedorismo (A7) - Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas (OG7);
- Sociedade digital (A8) - Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações (OG8);
- Reabilitação urbana (A9) - Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e contribuir para uma mobilidade sustentável através da aposta em sistema multimodais com integração de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo (OG9);
- Especialização Inteligente – moldes (A10) - Consolidar o posicionamento do cluster dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva (OG10);
- Especialização Inteligente – habitat (A11) - Implementar uma iniciativa de construção do Cluster dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de cluster nacional (OG11);
- Especialização Inteligente – Floresta (A12) - Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional (OG12);
- Especialização Inteligente – Turismo (A13) - Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade na nível nacional e internacional (OG13).

A aposta da Região de Leiria centra-se principalmente em duas vertentes: modernização de setores tradicionais e diversificação relacionada com os seus domínios de especialização.



Complementarmente aos domínios de especialização inteligente da Região de Leiria foram identificadas atividades adjacentes a estes domínios e que correspondem: maquinaria para o lazer; investigação e desenvolvimento em novos materiais e materiais de desenvolvimento rápido; energia de biomassa; turismo de saúde e bem-estar; turismo cultural e paisagístico; e, construção sustentável e inteligente. Face a este contexto, a concretização da Estratégia integrada de desenvolvimento territorial da Região de Leiria compreende a implementação de 15 medidas, com um conjunto de ações que dão resposta aos objetivos gerais: Programa + Escola, Sistema Regional de Qualificação e Respostas Profissionais, Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão, Programa Regional de Gestão Integrada da Água, Programa Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa Regional Energia Eficiente e Renovável, Programa Regional de Proteção Ambiental, Reforço de reforço da I&D e da Inovação, Programa + Empresas, Programa Leiria Digital 2.0, Programa de requalificação Urbana e Mobilidade Sustentável, Programa de expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos, Programa de incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do Habitat, Programa de valorização económica da Floresta, Programa de diversificação de oferta turística.

Em resumo poder-se-á dizer que a Estratégia DLBC contribuirá principalmente para os seguintes objetivos gerais indicados anteriormente: OG2, OG3, OG4, OG6, OG7 e OG9.

Os objetivos estratégicos do DLBC Costeiro enquadram-se nas áreas de intervenção prioritária da região de Leiria da seguinte forma:

- C1. APOSTAR NA INOVAÇÃO – Áreas EIDT A1, A3, A4, A6, A7, A8
- C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR – Áreas EIDT A1, A2, A3, A6, A7, A8
- C3. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL – Áreas EIDT A1, A2, A3, A7, A8
- C4. ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS – Áreas EIDT A1, A3, A4, A5, A9, A12, A13

A DLBC ADAE MAR 2020 encontra-se em sintonia com a EIDT da CIMRL, sendo complementar e fundamental para o território.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Na sequência do diagnóstico do território para a implementação da ELD, apresentamos os objetivos estratégicos e específicos e principais resultados a atingir para cada uma das medidas (AI e PI) dos diferentes programas financiadores (POMAR 2020 -FEAMP e POCENTRO-FEDER e FSE), com uma dotação de fundo de 2 399 471,04€: PROMAR 2020 -FEAMP- 1 266 283,00€ Resultados a atingir: N.º Emprego criado; N.º Postos de trabalho mantidos N.º Empresas criadas N.º Empresas apoiadas N.º operações ligadas à pesca N.º operações de diversificação de atividades produtivas N.º operações ligadas ao turismo N.º operações ligadas ao património N.º operações ligadas aos circuitos curtos N.º intervenções ligadas à formação N.º horas de formação N.º formandos abrangidos N.º centro náutico ligado ao desporto escolar N.º alunos abrangidos pelo desporto escolar N.º operações de valorização de imagem do sector e dos seus agentes AI1-Inovação em espaço marítimo: OE C1.APOSTAR NA INOVAÇÃO Obj. especific. C.1.1 Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras Obj. especific. C.1.2 Incentivar redes de comercialização curtas Obj. especific. C.1.3 Promover mercados locais OE C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR Obj. especific. C2.1 Incentivar o empreendedorismo inovador ligado à economia do mar Obj. especific. C2.2 Apoiar a atividade por conta própria Obj. especific. C2.3 Apoiar a atividade das microempresas Obj. especific. C2.4 Apoiar a criação de empresas AI2- Qualificação escolar e profissional: OE C3. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL Obj. especific. C3.1 Promover iniciativas de igualdade de oportunidades Obj. especific. C3.2 Promover iniciativas de participação ativa da população Obj. especific. C3.3 Melhorar a empregabilidade Obj. especific. C3.4 Reduzir o abandono escolar precoce Obj. especific. C3.5 Promover a igualdade de acesso ao ensino e formação AI3- Promoção de Planos de Mar: OE C4. ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS Obj. especific. C4.1 Conservar e proteger o património natural Obj. especific. C4.2 Conservar e proteger o património cultural Obj. especific. C4.3 Promover e desenvolver as atividades e o património ligados à pesca Obj. especific. C4.4 Promover e conservar o

património edificado AI4- Reforço da competitividade da pesca: OE C1. APOSTAR NA INOVAÇÃO Obj. especific. C.1.1Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras Obj. especific. C.1.2Incentivar redes de comercialização curtas Obj. especific. C.1.3Promover mercados locais OE C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR•Obj. especific. C2.1Incentivar o empreendedorismo inovador ligado a` economia do mar •Obj. especific. C2.2Apoiar a atividade por conta própria •Obj. especific. C2.3Apoiar a atividade das microempresas •Obj. especific. C2.4Apoiar a criação de empresas AI5- Desenvolvimento de turismo em espaço aquático: OE C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR Obj.especific. C2.1Incentivar o empreendedorismo inovador ligado a` economia do mar Obj. especific. C2.2Apoiar a atividade por conta própria Obj. especific. C2.3Apoiar a atividade das microempresas Obj. especific. C2.4Apoiar a criação de empresas OE C4. ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS Obj. especific. C4.1Conservar e proteger o património natural Obj. especific. C4.2Conservar e proteger o património cultural Obj. especific. C4.3Promover e desenvolver as atividades e o património ligados à pesca Obj. especific. C4.4Promover e conservar o património edificado AI6- Promoção de produtos locais de qualidade: OE C1. APOSTAR NA INOVAÇÃO Obj.especific. C.1.1 Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras Obj.especific. C.1.2 Incentivar redes de comercialização curtas Obj.especific. C.1.3 Promover mercados locais AI7- Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais: OE C1. APOSTAR NA INOVAÇÃO Obj.especific. C.1.1Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras Obj.especific. C.1.2Incentivar redes de comercialização curtas Obj.especific. C.1.3Promover mercados locais AI8 - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos: OE C4.ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS Obj. especific. C4.1Conservar e proteger o património natural Obj. especific. C4.2Conservar e proteger o património cultural Obj. especific. C4.3Promover e desenvolver as atividades e o património ligados a` pesca Obj. especific. C4.4Promover e conservar o património edificado PO CENTRO 2020 - FEDER - 470 327,64 € Resultados a atingir: N.ºPessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego % Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio N.ºEfeito multiplicador investimento público no investimento privado %Aumento do nº esperado visitantes sítios património cultural e natural e atração beneficiários de apoio, (Ind. Res. PI 6c (6.3) %Aumento de dormidas estabelecimentos hoteleiros /aldeamentos e outros PI 8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas OE C2.DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR Obj. especific. C2.1Incentivar o empreendedorismo inovador ligado a` economia do mar Obj. especific. C2.2Apoiar a atividade por conta própria Obj. especific. C2.3Apoiar a atividade das microempresas Obj. especific. C2.4Apoiar a criação de empresas PI 6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural OE C4.ALCANÇAR UMA GESTÃO MAIS SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRAS Obj. especific. C4.1Conservar e proteger o património natural Obj. especific. C4.2Conservar e proteger o património cultural Obj. especific. C4.3Promover e desenvolver as atividades e o património ligados a` pesca Obj. especific. C4.4Promover e conservar o património edificado POCENTRO 2020 - FSE - 662 860,40 € Resultados a atingir: N.ºPessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego % Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio N.ºEfeito multiplicador investimento público no investimento privado PI 8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras OE C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR Obj. especific. C2.1 Incentivar o empreendedorismo inovador ligado a` economia do mar Obj. especific. C2.2 Apoiar a atividade por conta própria Obj. especific. C2.3 Apoiar a atividade das microempresas Obj. especific. C2.4 Apoiar a criação de empresas OE C3. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL Obj. especific. C3.1 Promover iniciativas de igualdade de oportunidades Obj. especific. C3.2 Promover iniciativas de participação ativa da população Obj.especific. C3.3 Melhorar a empregabilidade Obj.especific. C3.4 Reduzir o abandono escolar precoce Obj.especific. C3.5 Promover a igualdade de acesso ao ensino e formação

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A parceria ADAE MAR 2020 tem por objetivo implementar uma estratégia, contribuindo para a sustentabilidade socioeconómica da região para um território próspero para todos, em que a atividade económica do território partilhe o vigor empreendedor do setor industrial e um território solidário e eficiente na forma como valoriza o seu património, utiliza os seus recursos e disponibiliza serviços a todos os seus cidadãos. A EDL foi construída em articulação com as orientações estratégicas nacionais, regionais e em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIMRL. Nesse sentido, foram definidos como desafios estratégicos, específicos e transversais os definidos para os DLBC Costeiros e que na parceria assumem uma importância transversal em todo o território: OE C1. APOSTAR NA INOVAC, A~O Objetivo específico C.1.1 Reforçar as iniciativas que deem competitividade às atividades pesqueiras Objetivo específico C.1.2 Incentivar redes de comercialização curtas Objetivo específico C.1.3 Promover mercados locais OE C2. DINAMIZAR A ECONOMIA LIGADA AO MAR Objetivo específico C2.1 Incentivar o empreendedorismo inovador ligado a` economia do mar Objetivo específico C2.2 Apoiar a atividade por conta própria Objetivo específico C2.3 Apoiar a atividade das microempresas Objetivo específico C2.4 Apoiar a criação de empresas OE C3. PROMOVER A INCLUSA~O SOCIAL Objetivo específicas C3.1 Promover iniciativas de igualdade de oportunidades Objetivo específicas C3.2 Promover iniciativas de participação ativa da população Objetivo específico C3.3 Melhorar a empregabilidade Objetivo específico C3.4 Reduzir o abandono escolar precoce Objetivo específico C3.5 Promover a igualdade de acesso ao ensino e formação OE C4. ALCANC,AR UMA GESTA~O MAIS SUSTENTA`VEL DAS ZONAS COSTEIRAS Objetivo específico C4.1 Conservar e proteger o património natural Objetivo específico C4.2 Conservar e proteger o património cultural Objetivo específico C4.3 Promover e desenvolver as atividades e o património ligados a` pesca Objetivo específico C4.4 Promover e conservar o património edificado OET1. Mobilização e capacitação dos atores locais Obj. Esp. 5.1. Mobilizar, capacitar e dinamizar os atores locais Obj. Esp. 5.2. Possibilitar canais de informação, apoio ou aconselhamento personalizados dos atores locais OET2. Animação do território Obj. Esp. 5.3. Promover ações de animação do território, no âmbito dos objetivos dos DLBC OET3. Integrar a promoção e disseminação relativa aos projetos apoiados no DLBC Obj. Esp. 5.4. Promover a visibilidade de projetos inovadores Obj. Esp. 5.5. Promover os produtos locais tradicionais e de qualidade Obj. Esp. 5.6. Promover o encontro de complementaridades e ganhos de escala para acesso a mercados de maior dimensão Obj. Esp. 5.7. Mobilizar outros atores nos territórios OET4. Capacitar a equipa técnica do grupo de ação local Obj. Esp. 5.8. Formar novas competências no GAL OET5. Cooperação para o desenvolvimento e a inovação Obj. Esp. 6.1. Divulgar e disseminar produtos locais fora do contexto regional Obj. Esp. 6.2. Aumentar o conhecimento em novas áreas e competências específicas através da partilha de experiências com outros gal e outros projetos a nível europeu Obj. Esp. 6.3. Capitalizar os recursos, os projetos e os resultados dos DLBC ADAE Contribuem para a concretização destes objetivos as seguintes ações/medidas: Inovação em espaço marítimo; qualificação escolar e profissional; promoção de Planos de Mar; reforço da competitividade da pesca; desenvolvimento de turismo em espaço aquático; promoção de produtos locais de qualidade; circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais; preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos; concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas; conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras e inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	1,00	151 954,00€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Qualificação escolar e profissional (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	0,00	101 303,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Promoção de Planos de Mar (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	0,00	25 326,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Reforço da competitivida de da pesca (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	2,00	253 257,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Desenvolim ento de turismo em espaço aquático (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	2,00	189 942,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Promoção de produtos locais de qualidade (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	0,00	101 303,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	2,00	189 942,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP) ✓	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	0,00	253 256,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	16,00	39,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	662 860,40€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 8a G) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde.	Empresas que beneficiam de apoio	5,00	11,00	Postos de trabalho criados	6,00	16,00	423 294,88€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6c, a) Património cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO. 6c* b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos...	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	233,00	582,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,23	0,58	47 032,76€
--	-------	---	--	--------	--------	--	------	------	------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida							

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	DLBC Costeiro - FEDER				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,00	2,00	470 327,64€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de Postos de trabalho criados	2,00	7,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de postos de trabalho mantidos	3,00	12,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de empresas criadas	1,00	3,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de empresas apoiadas	2,00	7,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações ligadas à pesca e à aquicultura	2,00	7,00	1 266 283,00€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações de diversifica ção das atividades produtivas (dentro da pesca e reconvers ão de trabalhad ores da pesca para outras atividades com ligação ao mar)	1,00	4,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações ligadas ao turismo	1,00	2,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações ligadas ao património	0,00	2,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações relacionad as com circuitos curtos	1,00	3,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de intervencõ es ligadas à formação	2,00	6,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de horas de formação	438,0 0	1750, 00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de formando s abrangido s	32,00	128,0 0	1 266 283,00€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC - Costeiro - FEAMP				Número de centros náuticos ligados ao desporto escolar	0,00	1,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica	32,00	128,00	1 266 283,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	DLBC Costeiro - FEAMP				Número de operações de valorização da imagem do sector e dos seus agentes	2,00	7,00	1 266 283,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	DLBC Costeiro - FEDER	Estratégias	1,00	1,00				470 327,64€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEAMP	1 266 283,00€
FSE	662 860,40€
FEDER	470 327,64€
Total	2 399 471,04€

Pressupostos

Relativamente aos fundos FSE e FEDER, os pressupostos resultam da fórmula aplicada pelas entidades gestoras dos programas financiadores. No caso do FEAMP os pressupostos resultam da estratégia definida no âmbito do DLBC.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Entendendo a ADAE que os processos de cooperação devem revestir um fórum privilegiado de diálogo, de cooperação na verdadeira aceção da palavra, de aprendizagens mútuas e de trocas de experiências, consideramos que a cooperação se tem tornado, ao longo dos tempos, num instrumento de dinamização do território que temos vindo a impulsionar, revelando-se uma importante mais-valia no âmbito dos processos de desenvolvimento do território que a ADAE desenvolveu, quer através do Programa LEADER, PRODER, Interreg, quer através de outros programas e parcerias. A cooperação é uma ferramenta importante para os territórios rurais aumentarem a sua competitividade, desenvolvendo-se económica e socialmente. Assim, a estratégia global de cooperação da ADAE para o território pode resumir-se do seguinte modo: alcançar progressos significativos e tangíveis na cooperação Nacional e Transnacional, direcionados para o desenvolvimento territorial de forma coesa, sustentável e equilibrada, promovendo os produtos e o património material e imaterial. De realçar o protocolo de cooperação assinado entre as ADL's do Centro com o objetivo de definição de uma estratégia conjunta, afirmar e potenciar a experiência das ADL/GAL. Os objetivos da cooperação no território assentam na promoção do território e valorização e dinamização da economia local e das relações económicas entre os diversos territórios envolvidos; o acesso a novos mercados, para promover e vender os produtos locais e o próprio território; o reforço da coesão territorial e da complementaridade entre territórios; a troca e aquisição de competências pessoais e institucionais (planeamento estratégico, orientação para os resultados, dinamização local e gestão de projetos); o aumento de massa crítica, por forma a ganhar dimensão; a afirmação institucional e aumento da autoestima local e a criação de redes de trabalho e aproveitamento de sinergias entre os vários grupos de ação local.

Para concretizar os desafios da cooperação, a ADAE pretende desenvolver um conjunto de projetos de cooperação nacional e transnacional, em diversas áreas, tais como: divulgação e promoção do território e dos seus produtos e recursos endógenos; aumento do conhecimento e aplicação de novos saber-fazer, através do intercâmbio e partilha de conhecimentos e boas práticas, tecnologias e/ou métodos de trabalho; diversificação das formas de comercialização e acesso a novos mercados; valorização e qualificação dos recursos do território; definição de normas e de metodologias comuns. Nesse sentido, é importante dar continuidade aos projetos Portugal Rural, Sementes de Futuro, Região Solidária, Marketing Institucional, Cooperar em Português, implementar o PROVE, promovendo a cooperação entre associações portuguesas dos PALOP e da Europa. Pretende criar novos projetos de cooperação com a temática do setor da pesca e produtos endógenos, nomeadamente: fórum de arte xávega – encontros regionais temáticos; concursos inter-regionais de ideias de negócio relacionadas com fileira da pesca; interligação mar e serra com enfoque no dinamismo e complementaridade das atividades económicas; dinamização do associativismo, promoção de atividades interculturais com outras comunidades piscatórias; promoção e preservação da cultura "avieira" como património identitário e nacional; partilha de boas práticas com os agentes do setor e outros GAL; cooperação ao nível da investigação e desenvolvimento sustentável com instituições de ensino superior.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo organizacional de gestão no âmbito da prossecução da EDL da parceria ADAE MAR 2020 será assegurado pelos seguintes órgãos: (cuja constituição dependerá da aprovação da presente candidatura) Assembleia da Parceria – GAL ADAE MAR 2020

A Assembleia da Parceria da ADAE integra todos os parceiros do GAL que subscreveram o protocolo de parceria ADAE MAR 2020, e constitui-se como um órgão deliberativo da parceria e de acompanhamento da EDL no âmbito da iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

A Assembleia da Parceria tem as seguintes competências: assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) definida e, se necessário, promover a sua alteração; cumprir com os normativos e recomendações decorrentes da aplicação do Desenvolvimento Local.

Órgão de gestão

O Órgão de Gestão é composto por 7 elementos (1 presidente e 6 vogais), representará o universo de Parceiros Públicos e Parceiros Privados, de forma a assegurar uma representação equilibrada neste órgão, dando cumprimento ao definido pelas normas comunitárias e nacionais, cuja representação maioritária é de entidades coletivas de direito privado, com as competências definidas no regulamento interno, que são: assegurar a prossecução dos objetivos, de acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Local definida para este Programa; participar técnica, financeira e administrativamente na execução do Programa e fiscalizar a correta aplicação da comparticipação comunitária da ADAE para o seu Território de Intervenção; exercer o seu poder de decisão relativamente às candidaturas apresentadas; cumprir e fazer cumprir os normativos nacionais e comunitários aplicáveis, e analisar e decidir os projetos tendo por base os regulamentos específicos, para cada tipologia de ações/medidas.

É ao Órgão de Gestão que compete tomar as decisões no sentido de garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da EDL, nomeadamente aprovação, recusa, não aprovação, anulação ou suspensão dos projetos apresentados, com base nos pareceres emitidos pela Estrutura Técnica, de acordo com os regulamentos e orientações técnicas da autoridade de gestão do PDR 2020, devendo aplicar-se a regra estatutária que rege este Órgão.

São realizadas periodicamente reuniões do Órgão de Gestão, que possui plenos poderes para desempenhar as tarefas relacionadas com a execução do Programa, estando para tal incumbido pelos órgãos sociais e consultivos da ADAE.

Conselho Estratégico para o Desenvolvimento da parceria – enquadra-se na figura de um órgão consultivo do GAL ADAE, que pretende que as instituições do território que são determinantes para o desenvolvimento da parceria possam intervir como parceiros através deste órgão, tendo por objetivo apoiar o OG e a ETL na implementação da estratégia no território através da emissão de parecer.

Estrutura Técnica Local – ETL

A ETL constitui-se como uma equipa técnica multidisciplinar de apoio ao Órgão de Gestão, na implementação da EDL, cuja composição e funções são as seguintes:

1 Coordenador responsável pela gestão técnica e financeira e avaliação da EDL, competindo ainda secretariar as reuniões do Órgão de Gestão e respetiva elaboração das atas;

4 Técnicos Analistas com funções de análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da Gestão de Fundos e Programas; divulgação de iniciativas; reuniões de exterior com potenciais promotores; atendimento de promotores; acompanhamento/orientação de promotores; receção, organização interna dos processos, registo e análise dos mesmos; preparação de informação para ceder aos promotores relativamente à decisão dos respetivos órgãos; acompanhamento dos processos aprovados; receção, análise e despacho de pedidos de pagamento; acompanhamento da execução física e financeira dos projetos; encerramento de projetos, com vistoria dos processos e emissão de certificado de conclusão; Elaboração de relatórios para as Entidades Nacionais, responsáveis pela Gestão de Programas; participação em projetos de cooperação nacional e transnacional;

3 Técnicos administrativos/animação, com funções de apoio administrativo na gestão da EDL e na área da animação e divulgação e ainda acompanhamento técnico dos pedidos de apoio; atendimento e apoio técnico aos potenciais beneficiários; cooperação.

1 Técnico administrativo/RH com funções de apoio administrativo na gestão da EDL e no acompanhamento e gestão de RH, acompanhamento técnico dos pedidos de apoio; atendimento e apoio técnico aos potenciais beneficiários; cooperação.

Importa salientar que a segregação de funções está devidamente assegurada para garantir transparência e rigor na gestão de fundos públicos.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Em estreita colaboração com o SIG – Sistema de Informação Geográfica da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a ADAE dispõe de um sistema de informação (Smart Intelligence), que permite monitorizar e acompanhar a execução dos projetos. Permite a georreferenciação dos mesmos o que possibilita a localização das operações e extrair informação para análise estatística, bem como a distribuição espacial no território de intervenção. Tem ainda como mais-valia a emissão de informação e alertas da execução física, financeira e temporal dos projetos, em interligação com as plataformas oficiais dos programas no âmbito PDR2020.

A ADAE tem implementado o sistema da qualidade de acordo com a norma ISO 9001:2008 no desenvolvimento da sua atividade. Neste âmbito, com vista ao bom funcionamento e gestão do Programas e de acordo com o procedimento da gestão da qualidade PGQ 14 – controlo do serviço, que tem por objetivo descrever o processo e o modo de assegurar o seu controlo a todos os serviços da responsabilidade do gabinete de planeamento e projeto, onde se insere a gestão/implementação dos programas. É elaborado um dossier metodológico, que tem por objetivo, conforme definido no fluxograma do serviço, explicar a forma como se desenvolve todo o processo de implementação e gestão do programa, de acordo com as normas e legislação aplicáveis. Fazem parte deste dossier um conjunto de impressos utilizados para registo, monitorização e avaliação do programa.

Na gestão do programa são utilizados diversos instrumentos e ferramentas de avaliação nomeadamente, guiões de condução de reuniões (guião de atendimento geral e guião de reuniões com beneficiários), formulário de candidatura, guião de apoio ao preenchimento do formulário, check-list de documentos, normas e legislação de apoio e diversos impressos.

Os impressos utilizados, tendo por objetivo operacionalizar a gestão/implementação do Programa são: Lista de presença de sessão de esclarecimentos Programa, listagem de projetos recebidos, lista de Normas e Legislação, formulário e guião de preenchimento de projetos, declaração de recebimento de documentação, guião (atendimento geral, receção PP e PA), listagem de PP recebidos, relatório de VFL, registo de acompanhamento do PA.

Relativamente às ações de acompanhamento e controlo dos projetos podem ser efetuadas vistorias sem aviso prévio, que têm por objetivo recolher elementos de fundamentação dos pareceres a emitir na análise da ETL sendo elaborado o respetivo relatório de visita documentado com as fotografias que serão arquivadas junto do mesmo no processo; é efetuado um acompanhamento ao projeto e, sempre que os prazos não estão a ser cumpridos, o promotor é notificado, alertando-o para a falta de cumprimento dos prazos, sendo estabelecida a data limite para o seu cumprimento. São concedidas reuniões/esclarecimentos aos promotores sempre que estes as solicitem, por forma a proporcionar uma boa execução do projeto. Durante a fase de acompanhamento da execução das operações e sempre que necessário, quer por parte da ETL, quer por parte dos promotores, são realizadas sessões de esclarecimentos na sede da ADAE ou em qualquer outro local junto dos parceiros.

Com as ações/instrumentos de avaliação e acompanhamento dos projetos apresentados, a ADAE dispõe permanentemente de informação atualizada dos projetos e do programa em geral.

Nas reuniões do Órgão de Gestão é efetuado o acompanhamento dos projetos (aprovação, alterações, anulações, desistências, entre outras situações), alterações à dotação financeira da EDL, questões relacionadas com a execução física e financeira dos projetos que exijam aprovação/tomada de conhecimento por parte do OG. No final das reuniões são lavradas as respetivas atas, as quais são arquivadas em dossier próprio.

A ADAE utiliza uma Folha de Pilotagem - Indicadores dos Objetivos da Qualidade (modelo 1.12), elaborada trimestralmente, onde estão definidos os objetivos da Qualidade, a Interação com Política da Qualidade, os Indicadores, o Acompanhamento do Indicador, a Responsabilidade/Prazo Implementação e a data de verificação, o que permite aferir periodicamente o acompanhamento do programa, com vista à identificação de eventuais não conformidades e/ou oportunidades de melhoria, os quais são registados e tratados em impresso próprio (modelo 10.4), indicando as ações a efetuar, responsabilidade e datas aplicáveis. A eficácia de tais alterações é efetuada na verificação periódica seguinte.

É ainda elaborado um plano de controlo de projeto, onde estão definidas as atividades/fases do programa, e a sua calendarização, fazendo-se o registo da respetiva verificação (modelo 14.10).

No sentido da uniformização de processos envolvidos na gestão da EDL, o regulamento interno da gestão da EDL, tem por objetivo definir as normas de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, para a implementação da EDL, tendo por base os normativos em vigor, modelo de desenvolvimento para o território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades, através da valorização dos seus recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

Este modelo de governação do nosso território de intervenção, caracterizado pela participação dos agentes

locais nas tomadas de decisões, devidamente organizados em parcerias denominado GAL, com uma Estratégia de Desenvolvimento para o território, compreendendo a cooperação com outros territórios e integrando-se em rede, é gerida pela ADAE.

Os procedimentos desenvolvidos no âmbito da gestão da EDL, serão objeto de integração no Sistema de Gestão da Qualidade da ADAE, que implica as descrições e instruções das ações a executar, e respetivos fluxogramas, permitindo a uniformização dos procedimentos e dando a conhecer em qualquer momento da atividade o que foi feito e o que falta fazer.

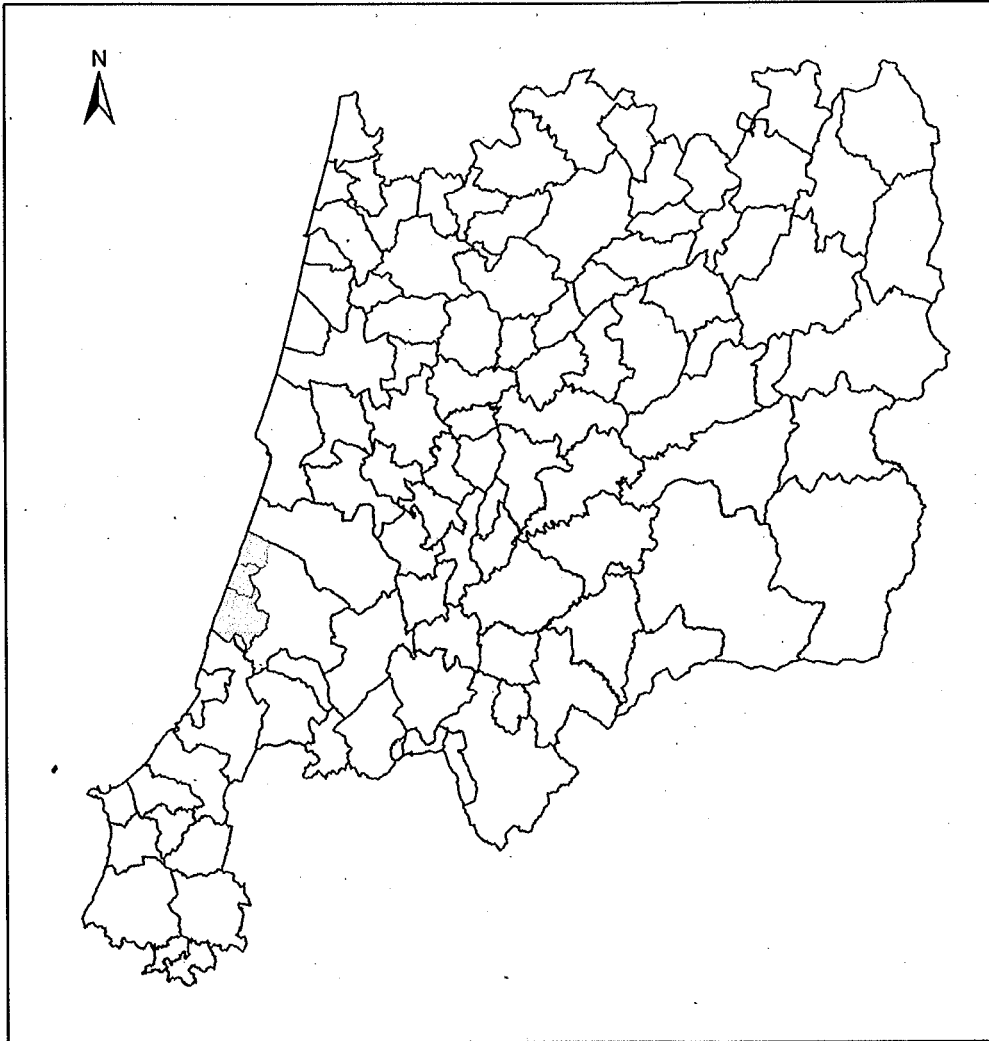
No âmbito no SGQ, são definidos anualmente os objetivos e quantificados indicadores para as atividades a que a ADAE se propõe desenvolver e que vêm descritas nos planos de atividade anualmente formulados e validados pelos órgãos sociais da ADAE. É possível desenvolver um acompanhamento e avaliação dos objetivos inicialmente previstos comparando os resultados com os indicadores definidos, analisando os desvios, tomando as devidas medidas preventivas, corretivas e de melhoria. Trimestralmente, através de impresso próprio, a ADAE faz a avaliação do programa, com vista à identificação de eventuais não conformidades e/ou oportunidades de melhoria, os quais são registados e tratados em impresso próprio. São realizadas periodicamente reuniões do Órgão de Gestão, que possui plenos poderes para desempenhar as tarefas relacionadas com a execução do Programa, estando para tal incumbido pelos órgãos sociais e consultivos da ADAE.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Protocolo_adls_centro.pdf	27/07/2015 12:58	212898779
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Tabela_orgao_gestao.pdf	27/07/2015 12:58	212898779
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-080.pdf	14/12/2015 18:53	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-080.pdf	30/09/2015 10:03	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Tabela_ETL.pdf	27/07/2015 12:58	212898779
Protocolo de parceria	Protocolo_parceria ADAE MAR 2020.pdf	27/07/2015 12:58	212898779
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-080.pdf	27/07/2015 16:58	212898779

ANEXO 4

DLBC COSTEIRO: ADAE Mar 2020

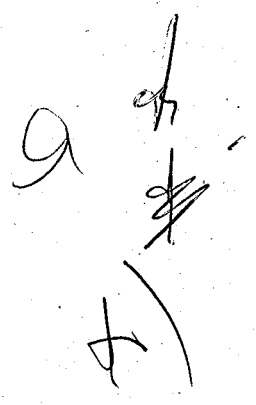


Handwritten marks on the right side of the page, including the letters 'a d', a signature, and a circled 'H'.

Anexo 1
Quadro de financiamento por Programa, Fundo e Prioridade de investimento ou Medida

GAL ADAE MAR 2020

	Prioridades de Investimento/ Medida	Programa financiador	FEDER	FSE	FEAMP	Fundo Total
PU4	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	MAR 2020			1.266.283,00	1.266.283,00
PI 9.6	Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	CENTRO 2020		662.860,40		662.860,40
PI 9.10	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.	CENTRO 2020	470.327,64			470.327,64
		Total CENTRO 2020	470.327,64	662.860,40	0,00	1.133.188,04
		Total MAR 2020	0,00	0,00	1.266.283,00	1.266.283,00
		Total	470.327,64	662.860,40	1.266.283,00	2.399.471,04



Anexo 2
 Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

GAL ADAE MAR 2020

Programa financiador	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador de realização		Indicador de resultado		Dotação FUNDO a contratar				
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador		Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	
MAR 2020	PU4	FEAMP	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e Aquicultura				Postos de trabalho criados	0	7	Nº	1.266.283,00	
CENTRO2020	PI 9.6	FSE	8.3/8/iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	16	39	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	-	50	%	662.860,40	
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER	8.8/8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	5	11	Postos de trabalho criados	6	16	Nº	423.294,88	
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER	6.3/6c a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	233	582	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,23	0,58	Milhares/ano	47.032,76	
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER		Estratégias	1	1	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	-	2,0	%	-	
Total												2.399.471,04

